



A EPIDEMIA DE FEMINICÍDIO: UM RETRATO DA MISOGINIA NA SOCIEDADE DO CAPITAL

TAYS DE OLIVEIRA VELOSO

RESUMO

O intuito desse resumo é transparecer o incômodo, indignação e dor que sinto por essa urgência diante uma temática que vem sendo negligenciada por anos, embora ela estampe as capas de notícias, infelizmente sendo mais frequente, mas permanece velada. A misoginia é a base da violência contra a mulher e nela está incluso o feminicídio, que apesar das estatísticas aumentarem cada vez mais, não se fala na palavra que traduz esse fenômeno que é epidemia. Isso me leva a questionar a quem devemos procurar diante a essa narrativa, que ficou parada em segurança pública e não se emaranhou com os mais diversos aspectos que o assunto transborda, principalmente no que tange a questão de saúde pública. Não se fala de plano de contenção. Não se fala de prevenção e promoção de saúde pública diante ao tema, até porque a esfera da saúde pública foi excluída diante ao assunto, mas ela faz parte constituinte da institucionalização das engrenagens que fazem manutenção no sistema vigente que é capitalismo. Este que acentua a violência seja ela de classe, raça e de gênero. A partir do que é ser mulher é desenvolvido uma abordagem antropológica, além de sistêmica diante ao problema e como a saúde se insere dentro da questão, correlacionando os mais diversos autores, desde filósofos pré-socráticos, psiquiatras, mulheres ativistas e militantes, além da minha própria vivência como mulher, que para mim ser mulher é ter sobrevivido enquanto menina. Em suma, a conclusão é que precisamos determinar quem são os que cometem esse tipo de violência e começar a revelar a outra face de um assunto banalizado, e por isso ainda ser mais violento do que já é.

Palavras-chave: capitalismo; saúde; fenômeno; mulher; violência.

1 INTRODUÇÃO

A premissa de que somos socializados a partir do sexo biológico, e os papéis de gênero são implantados como forma de opressão, consequentemente já “assinados pelo contrato social”. O “sucesso” do capitalismo fortaleceu a supremacia masculina, na qual mulheres eram restringidas em suas vestes, profissões, valores e até mesmo de seus filhos. Isso tudo era renunciado através da afeição social ao patriarcalismo, no qual as mulheres eram submetidas a seguirem a linhagem dos homens, abandonando tudo, seja de si como em seu entorno. Essa relação não só se estendeu a questão matrimonial, mas no sistema político, econômico, social e religioso. E é esse o sistema que faz manutenção nas engrenagens do capitalismo e fortalecimento de estruturas que ainda oprimem as mulheres. A saúde pública, ao lado de outras instituições como o Estado, a justiça e a segurança pública, tem o dever de intervir antes que o feminicídio ocorra. Contudo, essas instituições também estão profundamente entrelaçadas em uma estrutura que perpetua a violência contra as mulheres. Portanto, questionar como o feminicídio, enquanto expressão física da misoginia, se insere dentro dessa engrenagem, é essencial para romper com essa lógica e abrir caminhos para a emancipação das mulheres.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo foi realizado por meio de uma revisão de literatura que abrange obras de

filósofos, antropólogos, sociólogos e ativistas, com o intuito de investigar o impacto da misoginia no feminicídio e sua relação com a saúde pública. A pesquisa focou em fontes que tratam das questões de gênero, violência contra a mulher, feminicídio, e suas implicações no sistema capitalista, bem como no papel das instituições de saúde pública., incorporando panoramas da saúde coletiva e os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) para discutir a integralidade do cuidado diante das violências estruturais enfrentadas por mulheres. Além do amparo de dados estatísticos de feminicídio no Brasil, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e a Organização Mundial da Saúde (OMS), para corroborar a análise teórica.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O conceito do que é ser mulher vem sendo debatido desde Aristóteles, que entendia a mulher enquanto uma fêmea em razão da ausência de qualidades caracterizada por uma falha natural e Pitágoras que compreendia essa mesma mulher como resultado de um mau princípio gerador em contraponto ao bom princípio que criou o homem. Assim, chegou-se ao paradoxo de Freud (1924), em que meninas sentiam inveja do pênis. É possível perceber que o conceito do que é ser mulher é ligado a um ser maldoso, impiedoso - embora as mais diversas afirmações de premissas como essas, se concentrou no falo, teve repercussões diante a figura da mulher na sociedade, concretizando que mulheres não eram dignas de serem consideradas “seres humanos”, elas deveriam ser castradas, ordenadas, disciplinadas e guiadas através daqueles que detinham a luz (os homens). Ou seja, mulheres foram reduzidas as estipulações de teorias condicionaram o seu posicionamento social dentro da sociedade, de submissa. Guillaumin (1978) também falaria sobre isso, mas em um só termo: relações de sexagem em que as relações de apropriação física direta, uma relação de classe geral dispostas entre si. (Guillaumin, 1978). A disposição é vista no mercado de trabalho; o confinamento no espaço; a demonstração de força (as pancadas); a coação sexual; o arsenal jurídico e o direito consuetudinário (Guillaumin, 1978).

A menarca para a masculinidade é o ponto crucial da mulher cumprir o seu único papel social na terra, que não pode ser feito pelos homens: o de gerar. Embora este seja primordial para desenvolvimento da sociedade, para fazer exércitos grandiosos, para ser mão de obra nos processos exploratórios de colonização. Neste ponto as mulheres também foram reduzidas a incubadoras para suprir a necessidades do papel social masculino, como perpetuar violência, liderar multidões, ser forte. Além de deixar herdeiros para continuar seus legados, no mais puro dito de nepotismo. A marca do capitalismo na acumulação de riqueza e envolvido na reprodução social, principalmente em países de terceiro mundo, estratificando para viés exploratório, destruindo o seu valor humano, digno de direito e Liberdade, como disse Marx (2013, p.632-634):

Finalmente, a lei que sempre mantém a produção excedente relativa ou o exército de reserva industrial em equilíbrio com a extensão e a energia da acumulação, prende o trabalhador ao capital com mais firmeza do que as cunhas de Hefesto prenderam Prometeu à rocha. Isso torna um acúmulo de miséria uma condição necessária, correspondendo ao acúmulo de riqueza. A acumulação de riqueza em um polo é, ao mesmo tempo, o acúmulo de miséria, o tormento do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no polo oposto, ou seja, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital.

Quando tratamos de gênero, deve ser considerado tudo que nós cerca e determina a materialidade do nosso sexo, através da ótica de despolitização, marginalidade, violência sexual, historicidade, comercialização, mercantilização, opressões, castrações intelectuais e criativas, sem aceitabilidade/acessibilidade social e posicionadas a se conformarem com a submissão sendo subalternas de si mesmas. Quem se beneficia com o interesse e perpetuação de mulheres restritas a serem consideradas seres humanos? A direitos? Negando a autonomia humana? A serem dignas de viver para si? O conceito de gênero esvaziado através de teorias

pós-modernas, não deixam de acentuar que gênero é sobre poder, é o sistema de violência contra mulheres por nascerem mulheres. Este é o berço da misoginia, assim Dworkin (1981, p. 42) conclui:

Homens têm o poder de nomear, um poder imenso e sublime. Esse poder de nomear possibilita que homens definam a experiência, articulem limites e valores, designem a cada coisa seu domínio e qualidades, determinem o que pode e não pode ser expresso e controlem a percepção em si.

O discurso masculino na contemporaneidade ainda rege ao falo, mas hoje ele é sofre uma metamorfose de “forma fenotípica e não genotípica”. Ou seja, existe as mesmas opressões exercidas por homens e regradas por eles, eles ainda continuam regendo o que podemos ou não fazer, mas nas entrelinhas e até mesmo com a internalização do discurso misógino em mulheres. Essa internalização do ódio a si mesma é uma das faces da socialização que fragmenta e fragiliza as mulheres, é uma das nuances da misoginia. As fragilidades do capitalismo estão abrindo brechas para mulheres debaterem suas questões, principalmente relaciona ao seu papel social, como à procriação. Em grande escala vem sendo rejeitada. Isso resulta numa nova demanda de desenvolvimento para o capital e aqueles que o detém, recorrendo aos países de terceiro mundo. A misoginia não precisa ser conceituada, ela é explícita em dados. Por exemplo, o Brasil é primeiro país no ranking de casamento infantil, 93% das vítimas de estupro são meninas, a maioria das meninas em situação de prostituição são de baixa renda, sem escolaridade, coagidas e vendidas (Brasil, 2020). Estamos dentro de uma epidemia eterna de feminicídios. Estupros acontecendo dentro de lugares que eram para ser íntimos e protetores. Aumento de medida protetivas. Altos índices de tráfico de mulheres e crianças. Um país que lidera o ranking em pornografia infantil.

A discussão sobre saúde da mulher, deve partir da vivência coletiva das mulheres. Vive-se no imaginário coletivo que situações de exposição, violência, restrição se envolvem de maneira individual, mas é o individual recorrente que o torna é coletivo. O conceito de segurança pública, traça um modelo social, de controle de comportamento, um manual de boa convivência e vizinhança. Embora a falta de coesão do conceito, faz jus a coesão social que implica que a desordem social demonstra problemas sociais enraizados dentro da estrutura do capital. A pergunta principal para começáramos a falar de como a misoginia impacta na realidade feminina, vem da pergunta: Quando uma questão de segurança pública passa a ser uma questão de saúde pública?

Há o movimento de saúde coletiva que luta após a separação abrupta das ciências humanas da biológicas, a interseção ou multidisciplinariedade, fala-se da biopsicossocial, superando o modelo biomédico de saúde-doença, compreendo o seu processo sem dissociar o corpo da mente. O modelo positivista tradicional ou não vem intrínseco no modelo neoliberal, que também corresponde ao modelo biomédico e responde de maneira até mesmo relativista.

O problema quando se torna de saúde pública, pois quando ações punitivas que visam ecoar a ordem social, não tem mais efeito, que precisa de uma abrangência maior de estudos, conhecimento e de setores sociais que aprofundem na raiz da questão, e não só intercepta após o acontecimento, mas que venha a prevenir - fazendo jus aos princípios do SUS da integralidade. Com todas essas nuances, podemos chegar ao foco principal, que o feminicídio é um padrão de corroboração da socialização masculina e como isso tudo corrobora na misoginia instaurada estruturalmente em seus mecanismos de poder e direito e enfatizados pela sociedade, que conseguem a cada dia assumir uma nova posição no ranking de feminicídios no mundo e no Brasil. O termo feminicídio, foi dito pela primeira vez em 1970 pela ativista Diana Russel, designou o termo para falar de morte diante a ser mulher, ao seu sexo biológico. Em 2013, a mexicana, Marcela Lagarde era deputada federal do México, criou uma comissão para investigar morte de mulheres. Ao constatar que eram mortes por omissão e convivência do

Estado, dizia que não eram apenas mortes de mulheres, eram uma política de Estado — Foucault fala isso, que os corpos são objetos de batalha se tornando alvo e objeto de estruturas políticas (ou politicagem) destinadas a cumprir a ordem social (inclusive o estupro, é uma arma de guerra), corpos subalternos, o biopoder que Estado é uma instituição de controle, operando em nível biológico, social, populacional em regular a vida como um todo (lembra a um pouco ao Show de Truman do diretor Peter Weir). Ou seja, o poder só existe se ele exerce em ato. O feminicídio, segundo Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso, 2015) em seu relatório denominado (Mapa da violência, 2015) “as mortes classificadas como feminicídio resultariam de uma discriminação baseada no gênero, não sendo identificadas conexões com outros marcadores de diferença tais como raça/etnia ou geração” (Passinato, 2011, p. 223).

Na neurociência chamamos esse processo de dessensibilização do cérebro, o homem ele não consegue enxergar mulheres como seres humanos, que não são dignas tão quanto ele, que merecem punições, castigos, torturas, violências e mortes — isso também tem o agravante dos efeitos na pornografia na química cerebral, na qual o vício dopaminérgico faz com que homens começam em pornografias convencionais e acabem em pornografias não convencionais.

Lembrar de Serena Joy, de *O Conto da Aia*, livro inspirado nas opressões sofridas por mulheres ao redor do mundo da autora Margaret Atwood. Na qual Serena, cria um estado em que mulheres só tem o papel de procurar, uma nação guiada de forma religiosa, no qual há os mais diversos tipos de torturas a mulheres, Serena acha que jamais será tocada por isso, pois faz parte da elite local, seu marido é influente. Num minuto que a mesma desliza, ela sofre as mesmas consequências que uma Aia qualquer, seu dedo é decepado por ler a bíblia (e mulheres no cenário da série não podem ler, mas por achar que estava acima, nada ia acontecer, já que estava ao lado dos homens) na qual ela se subjugava superior, por criar um sistema puro, que ao mesmo tempo a prejudicava — chamamos isso de processo de misoginia interna, é uma forma de ódio a si mesmo, pois você se vê de uma forma, mas você sempre será socializada como uma mulher. O conceito para colocarmos como epidemia é que, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024) aponta um crescimento de 1,6% nas mortes - ou seja, o Brasil teve uma mulher morta a cada 6 horas, em relação ao mundo Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2016), mostram que o Brasil é o 5º país com maior número de feminicídio, ficando atrás apenas de El Salvador, Colômbia, Guatemala e da Federação Russa. Lembrando que, o processo de feminicídio não teve baixas no Brasil, só aumentaram (estes os informados, e os não informados?). Lacan (1992) diz que a culpa é o desejo realizado, Sartre (1985) o complementa que a culpa está mais relacionada ao arrependimento por ser pego do que pelo ato em si. Com isso, presumo que homens não se sentem culpados ao fazer os atos, eles não se importam com isso (até porque são protegidos entre si, uma espécie de irmandade, mesmo não conhecendo uns aos outros), eles se importam, pois foram pegos e isso pode manchar sua imagem pessoal, o seu status — por muitas das vezes nem se altera.

Os feminicídios também tem sua questão de raça, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023, 61,1% das mulheres vítimas de feminicídio eram negras e 38,4% eram brancas. Diante à idade, 18 a 44 anos, correspondem a 71,9%, mas a faixa que tem a maior suscetibilidade de feminicídio são meninas e mulheres de 18 a 29 anos, o que é intrigante já segundo os dados organização Girls not brides em 2023, 2,2 milhões de meninas brasileiras menores de 18 anos são casadas (Girls not brides, 2023). O número representa 36% da população feminina nesta idade. Estima-se que, no mundo todo, que 7,5 milhões de meninas se casam precocemente todos os anos no mundo e 650 milhões de meninas se casaram antes de completar a maioridade.

4 CONCLUSÃO

Tratar o feminicídio como uma questão epidemia contra mulheres, é crucial para destacar ações afirmativas que interrompam a crença de domínio, de posse sobre mulheres. O poder que

jamaís permite concessões, diálogos ou um último grito. E começar a perguntar quem são as pessoas que cometem essas atrocidades voltados a uma violência explícita ao sexo biológico de mulheres. O feminicídio é uma das vias físicas da misoginia, que não mais retorna. Na qual há o um cemitério de mulheres, que morreram por serem mulheres, por quererem exercerem sua liberdade, por quererem se apropriar de si, serem dignas, serem tratadas como humanas. E nem após a morte, mulheres são respeitadas, índices de necrofilias, estupros de cadáveres dentro de perícias, fotos em grupos de mídias sociais de corpo e arrombamentos de túmulos, enfatizam mais uma vez que mulheres são marginalizadas e não estão sendo ouvidas, não estão sendo amparadas por um Estado, que age de forma ilegal com elas.

Há uma conta que não fecha, estamos lidando com um agressor. Um homem. Comum. Tem nome. Tem sobrenome. Tem trabalho. Tem família. Tem filhos. Tem idade. Tem “respeito” pela sociedade e credibilidade para fazer o que precisa ser feito, com um sistema que o beneficia sua reincidência, não só no ato de matar, mas dos diversos tipos de violência, continua-se a se perpetuar por várias mulheres.

Alexandra Kollontai (1907) diz que o que une as mulheres é o gênero, mas a raça e a classe nos separam. Se tratando da misoginia, lamento discordar com a mesma. A misoginia nos une, embora os pilares da raça, classe e gênero sejam fundamentais para entender dinâmicas sociais. A misoginia como um projeto político de ordem social, com estrutura economia, política e saúde bem gerenciada a fazer jus sai por cima desses pilares.

Conforme o que foi discutido, a saúde juntamente com outros órgãos, como o estado, a justiça, segurança pública deve intervir antes que o feminicídio aconteça, mas como fazer isso se todos eles estão intercalados/entrelaçados numa teia que se beneficia disso? Como proteger mulheres, que são um grupo vulnerável no sistema que as querem mortas, custe o que custar? Onde há os valores, virtudes, éticas, morais para não serem responsabilizado? Como a socialização criou um espaço seguro para matar mulheres. Seremos justos, o feminicídio é o abate legalizado de mulheres. Não importa a classe, a misoginia é para todas, nem mesmo o dinheiro das mulheres burguesas comprou seu relato, seus boletins, sua denúncia, sua verdade e te colocam a mordada do medo.

REFERÊNCIAS

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DO IBDFAM. **Dia das Crianças: vídeo acende alerta sobre casamento infantil no Brasil**. Instituto Brasileiro de Direito de Família, [S. l.], 11 out. 2023. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/noticias/11244/Dia+das+Crian%C3%A7as%3A+v%C3%ADdeo+acende+alerta+sobre+casamento+infantil+no+Brasil#:~:text=De%20acordo%20com%20a%20Girls,brasileira%20menor%20de%2018%20anos>. Acesso em: 23 set. 2024.

ATWOOD, Margareth. **O conto da Aia**. Tradução Ana Deiró. Rio de Janeiro: Rocco, 2017
DWORKIN, Andrea. **Pornography: Men Possessing Women**. New York: Putnam, 1981.
FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br>. Acesso em: 23 set. 2024

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS (FLACSO). **Mapa da Violência 2015: A Violência Contra a Mulher**. Brasília: FLACSO, 2015. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br>. Acesso em: 23 set. 2024.

FREUD, Sigmund. **Três contribuições à teoria da sexualidade**. Trad. de Léo D. M. G. de A. M. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GUILLAUMIN, Colette. **Pratique du pouvoir et idée de nature (L'appropriation des femmes)**. In: Questions féministes, n. 2, 1978, p.50.

KOLLONTAI, Alexandra. **Os Fundamentos Sociais da Questão Feminina**. [Extratos], [s. l.], 1907. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/kollontai/1907/001.htm>. Acesso em: 23 set. 2024.

LACAN, Jacques. **Seminário 7: A Ética da Psicanálise**. Trad. de Jorge Coutinho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da Economia Política**. Livro 1. v.2, p.894. São Paulo: Boitempo, 2013.

ONU. **ONU: Taxa de feminicídios no Brasil é quinta maior do mundo; diretrizes nacionais buscam solução**. Organização das Nações Unidas, [S. l.], p. 9 abr. 2016. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/72703-onu-taxa-de-femic%C3%ADdios-no-brasil-%C3%A9-quinta-maior-do-mundo-diretrizes-nacionais-buscam>. Acesso em: 23 set. 2024.

PASSINATO, Vera Paiva. **Feminicídio: um tema em debate**. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 58, n. 1, p. 45-60, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/article/view/128866>. Acesso em: 23 set. 2024.

RIBEIRO, R. D. **O que pesquisas sobre vício em pornografia revelam sobre o consumo a médio e longo prazo...** Carta Capital, [S. l.], 4 jan. 2023. JUSTIÇA. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/o-que-pesquisas-sobre-vicio-em-pornografia-revelam-sobre-o-consumo-a-medio-e-longo-prazo/>. Acesso em: 23 set. 2024.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2008

SANTOS, CILA. **Não existe liberdade sexual em uma cultura do estupro**. QG FEMINISTA, [s. l.], 2020. Disponível em: <https://qgfeminista.org/nao-existe-liberdade-sexual-em-uma-cultura-do-estupro/#comments>. Acesso em: 23 set. 2024.